

Teoria da história, história pública e a função social do(a) historiador(a)

Rafael Dias de Castro¹

Resumo: O objetivo deste artigo é pensar a aproximação da história pública com a teoria da história, dando ênfase a um comportamento epistemológico-ético-político relacionado à democratização do saber histórico a partir da pluralidade e acolhimento de diferentes pessoas e suas narrativas, adotado pelo(a) profissional historiador(a), seja em maior ou menor amplitude e intensidade. Realizo uma reflexão sobre a cultura histórica e sua relação com a história pública, em suas possibilidades de articulação para uma atuação profissional a partir de uma perspectiva fundamental ao trabalho do(a) historiador(a): sua função social.

Palavras-chave: Teoria da história; História pública; Função social do historiador.

¹ Doutor em História das Ciências (COC-Fiocruz). Professor de Teoria da História na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes/MG) e professor permanente do Programa de Mestrado em História (PPGH). Coordena o Grupo de Pesquisa Teoria da História e História Pública. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0378705018243200>. E-mail: rafael.castro@unimontes.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3101-3253>. Este texto foi produzido com financiamento da FAPEMIG.

Theory of history, public history and the social function of the historian

Abstract: The aim of this article is to explore the convergence of public history and the theory of history, emphasizing an epistemological, ethical, and political behavior related to the democratization of historical knowledge. This approach is based on the plurality and acceptance of diverse people and their narratives, a principle adopted by professional historians to varying extent. Additionally, I reflect on historical culture and its relationship with public history, considering the possibilities of articulation for professional practice. Central to this discussion is the fundamental aspect of the historian's work: its social function.

Keywords: Theory of history; Public history; Social function of the historian.

Introdução

O objetivo deste artigo é pensar a aproximação da história pública com a teoria da história, dando ênfase a um comportamento epistemológico-ético-políticoⁱ relacionado à democratização do saber histórico a partir da pluralidade e acolhimento de diferentes pessoas e suas narrativas, adotado pelo(a) profissional historiador(a), seja em maior ou menor amplitude e intensidade. A questão que guia tal análise é a pergunta formulada por Juniele Almeida e Marta Rovaiⁱⁱ: “Como a academia pode, de seu interior, colaborar para gerar uma história mais humana e democrática lá fora”? Para tanto, realizo uma reflexão sobre a cultura histórica e sua relação com a história pública não como um “arremedo pragmático”, como nos adverte Ricardo Santhiago (2018), mas em suas possibilidades de articulação para uma atuação profissional a partir de uma perspectiva ética, responsável e democrática, argumentando que o que se coloca em evidência é uma questão fundamental ao trabalho do(a) historiador(a): sua função social.

Pensar as relações entre a teoria da história, a história pública e a função social do(a) historiador(a), é colocar no centro do debate a possibilidade de articulação de várias narrativas, identidades sociais, culturais e formas de se abordar o tempo, compreendidas como conteúdo da experiência, medida de orientação e definição de ação/finalidadeⁱⁱⁱ, pensando os discursos semânticos de simbolização, as estratégias cognitivas da produção dos saberes históricos e temáticas que interessam na apresentação de uma história e de uma memória sobre, para, com e da sociedade (conforme tipologia proposta por Santhiago^{iv}). Não é o foco pensar nas possibilidades de tais discursos a partir de suas formas, de suas estruturas narrativas (exemplar, tradicional, crítica e genética) e/ou a gramática da historiografia como operação cognitiva da ‘topologização’ do saber histórico^v através da constituição histórica de sentido. Interessa-nos, antes, pensar as condições de possibilidades narrativas do encontro da história pública com a

teoria da história, com as “dimensões constitutivas dos seus próprios parâmetros a partir de problemáticas do tempo presente”^{vi} e os modos “particulares com que grupos culturais distintos se relacionam com a temporalidade e suas narrativas”^{vii}.

Aproximar a história pública e a teoria da história pode auxiliar, enfim, ao desenvolvimento de perspectivas que pensem como os saberes históricos se relacionam com o ambiente cultural e social onde se estabelecem, relativos às experiências do tempo de indivíduos, grupos e sociedades. Nesse sentido, tal aproximação traz à tona questões referentes à operação historiográfica, a formação profissional do(a) historiador(a), a organização de suas práticas profissionais, sua inserção e de sua narrativa em espaços públicos de memória histórica, dentre tantos outros aspectos.

Cultura histórica e operação historiográfica

A perspectiva que uma dada sociedade tem de seu passado não é resultado exclusivo (nem mesmo predominante) da produção dos historiadores acadêmicos, pois esta seria uma das manifestações dos meios e estratégias de memória histórica (assim como as manifestas em outros espaços: museus, comunidades tradicionais, etc.), sistematizada de forma prática em uma narrativa^{viii}. Por narrativa histórica, Jörn Rüsen compreende um “processo de *poiesis*, de fazer ou produzir uma trama da experiência temporal tecida de acordo com a necessidade da orientação de si no curso do tempo”^{ix}. Conforme nos advertem Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi (2016), as narrativas e saberes históricos não são objetos evidentes por si mesmos, nem o historiador possui o monopólio desse saber e, por isso, é preciso realizar uma distinção entre a função da história – enquanto campo de saber – e aquela conferida a um dos seus praticantes – o historiador(a):

falar da função social do(a) historiador(a) implica desde já um recorte evidente: o historiador é aquele que, exercendo um determinado ofício, é reconhecido e legitimado pelas formas sociais, institucionais e epistemológicas que determinam este ofício: um diploma, uma profissão regulamentada, a autoridade conferida pelos pares, o respeito aos protocolos teórico-metodológicos que definem a prática etc. Por outro lado, ao se falar de uma função social da história, tal recorte não está necessariamente implicado, já que é possível sustentar que a história é um objeto de uso de vários indivíduos ou grupos de indivíduos que nem sempre se reconhecem ou são reconhecidos social, institucional e epistemologicamente como historiadores^x.

A historiografia acadêmica, como parte integrante da pesquisa histórica e cujos resultados se enunciam na forma de um “saber redigido” – dirigida aos interessados no conhecimento produzido pelo saber histórico científico – não somente informa, como também pode orientar temporalmente ações presentes e futuras. Para Estevão Martins, duas questões são fundamentais para se pensar tanto a formação profissional dentro do âmbito universitário, quanto a produção científica realizada neste espaço:

o ambiente social e cultural em que a história é pensada, produzida (como historiografia) e ensinada; e a repercussão da história na formação do pensamento, da consciência e da cultura histórica (...) mediante a ilimitada diversidade de usos (e por vezes de abusos) da história e da historiografia na cultura contemporânea^{xi}.

Nesse sentido, seguindo o entendimento de Rüsen sobre o conceito cultura histórica, podemos refletir sobre a relação que determinado grupo mantém com seu passado, não se restringindo à historiografia, pois na cultura histórica se abarcam múltiplos agentes envolvidos em sua reflexão, elaboração, representação, recepção, apropriação, enfim, as diversas maneiras em que é pensada e legitimada enquanto forma de se abordar o tempo:

A 'cultura histórica' contempla diferentes estratégias da investigação científico-acadêmica, da criação artística, da luta política pelo poder, da educação escolar e extraescolar, de lazer e de outros procedimentos de memória histórica pública (...). Deste modo, a 'cultura histórica' sintetiza a universidade, o museu, a escola, a administração, as mídias, e outras instituições culturais como conjunto de lugares de memória coletiva, e integra as funções de ensino, entretenimento, de legitimação, de crítica, de distração, de ilustração e de outras maneiras de recordar, na unidade global da memória histórica^{xii}.

Em outras palavras, por cultura histórica Rüsen se refere à maneira particular de se abordar interpretativamente o tempo (aquela que resulta em algo como "história"), as ideias, categorias, valores, presentes na cultura como critérios de sentido que orientam as questões dos indivíduos que se dirigem ao passado a partir de uma experiência do presente. O estudo da cultura histórica engloba, portanto, as várias formas de elaboração da experiência histórica e sua articulação com a vida de uma comunidade, envolvendo "múltiplos agentes (historiadores de ofício, jornalistas, cineastas, literatos, artistas etc. – e meios – a historiografia, a imprensa, o cinema, a literatura, as artes plásticas etc.)"^{xiii}. Rebeca Gontijo ressalta ainda que o conceito de cultura histórica tem sido pensado desde as décadas de 1980 e 1990 de forma sistemática por autores como Rüsen, Aleida e Jan Assmann, Bernard Guenée e Jacques Le Goff. A especificidade de tal conceito em Rüsen, ela destaca, é que se torna uma "síntese de fenômenos distintos, cuja função é a produção de sentido para a experiência humana compreendida como situada no tempo e no espaço"^{xiv}.

Apesar de ressaltar que a produção científica da história não dá conta de todas as carências de orientação dos sujeitos inseridos numa determinada cultura histórica, Rüsen visualiza especificamente na reflexão científica uma base racional fundamental para abarcar a reflexão histórica como orientadora da vida prática.

Tal produção científica, ele aponta, contém fatores estéticos e retóricos fundamentais, que deveriam habilitar o saber, como constructo cognitivo, a aplicar-se na vida prática. Entretanto, conforme observam Matheus Pereira e Sérgio da Mata, a distinção entre passado, presente e futuro, enquanto categorias analíticas para se vislumbrar experiências no tempo, são intersubjetivamente construídas, e a sociedade não necessariamente se organiza em torno destas temporalidades: “O mundo lá fora segue seu curso. (...) No mundo da vida – onde reina a convenção – o problema sequer se apresenta, ou se coloca apenas em termos de uma racionalidade prática”^{xv}. Por isso, conforme aponta Martin Wiklund, com o intuito de formular princípios gerais de validade na ciência histórica, é essencial compreender a proposta do pensamento histórico, a que se presta ou porque há simplesmente algo como o pensamento histórico. Somente ao compreender o interesse humano e a necessidade do pensamento histórico, e ao articular a “lógica do pensamento histórico com o mundo da vida, é possível compreender a proposta ou função do pensamento histórico e, como consequência, que tipo de validade está em jogo quando narrativas históricas são avaliadas – dentro ou fora da ciência histórica”^{xvi}.

Sobre tal articulação, Beatriz Sarlo aponta a diferença entre uma história acadêmica (uma narrativa metodicamente controlada) e uma história de grande circulação (sensível às demandas “imediatas” do presente e que responde mais diretamente ao imaginário social). Segundo ela, as regras do método da disciplina histórica (incluindo as lutas de poder acadêmico) supervisionam os modos de “reconstituição do passado ou pelo menos consideram ser esse um ideal epistemológico que garante o artesanato aceitável de seus produtos. A discussão das modalidades reconstitutivas é explícita, o que não quer dizer que a partir dela se alcance uma história de grande interesse público”^{xvii}. O alcance ao grande público dependeria de o “historiador acadêmico não se obstinar em provar

obtusamente sua aquiescência às regras do método, mas, ao contrário, de demonstrar que elas são importantes justamente porque permitem fazer uma história melhor^{xviii}. Assim, compreende-se como imersas numa mesma cultura histórica uma história “massiva” – sensível às demandas imediatas do presente, sujeita a construir sínteses – e uma história acadêmico-científica, que objetiva multiplicar hipóteses, orienta-se pela análise crítica de fontes e se regulamenta por regras e técnicas, possuindo por isso um vínculo com um lugar de produção que a autoriza e a interdita.

Como demonstrado, a ciência histórica problematiza o passado além do que é estritamente necessário à orientação temporal da vida prática, produzindo resultados que vão além: “é a inclusão da experiência concreta do tempo passado que constitui propriamente o processo do conhecimento histórico. E a forma com que opera determina, simultaneamente, o que a história é, como ciência especializada^{xix}. Ao mesmo tempo, essa operação historiográfica se refere a um fazer que não é apenas o seu (fazer história), mas aquele da sociedade que especifica uma produção científica:

Espelho do fazer que hoje define uma sociedade, o discurso histórico é ao mesmo tempo sua representação e seu reverso. Ele não é o todo. (...) O texto da história, sempre a retornar, duplica o agir como seu rastro e sua interrogação. Articulado com aquilo que não é – agitação de uma sociedade, mas também a própria prática científica –, ele sublinha o enunciado com um sentido que se combina simbolicamente com o fazer. Não substitui a práxis social, mas é sua testemunha frágil e sua crítica necessária^{xx}.

Conforme Certeau, um mesmo movimento que organiza a sociedade também organiza as ideias que nela circulam: “que o discurso como tal obedeça a regras próprias, isso não o impede de articular-se com aquilo que não diz – com o corpo, que fala à sua maneira^{xxi}. A organização dessa historiografia, vinculada a

um lugar social, imersa em operações específicas, definida por um funcionamento ligado a prática de que resulta, é observada levando em consideração o “fazer história” e, ao mesmo tempo, seu enraizamento na ação que “faz história”: “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto e o passado nas suas práticas”^{xxii}. Essa historiografia disciplinada seria uma das diversas formas para se representar o passado, devendo ser compreendida pela relação entre sua escrita e o corpo social que lhe dá suporte, que permite e impõe limites em abordagens em função de conjunturas e problemáticas comuns.

Acompanhando o raciocínio de Fernando Nicolazzi (2019), é fundamental considerar que a legitimidade da historiografia enquanto saber “encontra-se situada na tensão entre escrita e leitura, entre as modalidades de produção, as formas de difusão e os contextos de recepção do saber, ou seja, neste espaço poroso e ambíguo onde se encontram e por vezes se desencontram os historiadores e seus públicos”^{xxiii}. Nesse sentido, se torna crucial a reflexão de que, “sempre que se fala de história, é preciso pressupor diferentes formas de uso que dela se fazem, nas quais se manifestam modalidades de se pensar as relações entre passado, presente e futuro”^{xxiv}. É preciso estar atento ao fato de que os usos públicos e políticos do passado podem emergir de forma cambiante e com variadas intencionalidades, registrado sob diferentes formas narrativas através das quais o presente procura situar-se no tempo.

Importa, portanto, considerarmos a “história profissional” também sob a perspectiva de que, conforme aponta Fernando Catroga (2015), a própria “historiografia funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (reinvenção e sacralização das origens e de momentos de grandeza, simbolizados em “heróis” individuais e

coletivos)^{xxxv}. Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que “os historiadores influenciam a cultura histórica com suas pesquisas tanto quanto essas mesmas pesquisas são influenciadas pela cultura histórica^{xxxvi}. Em outras palavras, assumindo que a relação entre uma historiografia, fruto do trabalho metódico do(a) profissional da história, influencia e é influenciada pelas dinâmicas da cultura histórica, é que a aproximação com a história pública pode complexificar a reflexão sobre a função social do(a) historiador(a).

História pública e teoria da história: diálogos e interações

A história pública, enquanto uma área de discussão e uma prática^{xxxvii}, possui como centro norteador o desenvolvimento de uma epistemologia voltada para a relação historiadores-públicos (história para, com e sobre o público) ou o reconhecimento, por parte desses profissionais, que não necessariamente os saberes históricos, que circulam na sociedade, são fruto exclusivamente de seu trabalho metódico (o saber histórico pode vir “do público”). Esse entendimento coloca em primeiro plano, de maneira objetiva, que diferentes narrativas e saberes precisam ser colocados em evidência no debate sobre uma cultura histórica.

De acordo com Ricardo Santhiago (2016), pelo caráter polissêmico da expressão “história pública”, teríamos ao menos três instâncias de ação em seu arcabouço: “a atuação efetiva em história pública, isto é, ‘fazer’ história pública; a reflexão sobre história pública, isto é, ‘pensar’ a história pública; a reunião programada em torno da história pública, isto é, ‘o campo’ da história pública^{xxxviii}. O que pretendo mostrar, aqui, é que ao aproximar a história pública com a teoria da história se torna manifesta uma outra instância ou, talvez, um ideal transversal à prática historiadora: um comportamento epistemológico-ético-político de valorização democrática de saberes e identidades, já presente na historiografia

brasileira e que dialoga (afetando e se deixando afetar) de forma intensa com a cultura histórica na qual se insere.

Em outras palavras, aproximar a história pública da teoria da história não é somente pensar em teorias, práticas ou intervenções do(a) historiador(a) profissional na arena pública, mas também refletir, sob o ponto de vista epistemológico e teórico, sobre os saberes históricos e as perspectivas que o olhar da pessoa historiadora infere sobre as possibilidades de existências e discursos vários. Estas preocupações estão no horizonte dos “historiadores públicos” e das práticas de pesquisas de que resultam tais análises, assim como em outras preocupações da historiografia profissional, e se vinculam a função social do(a) historiador(a). O que quero afirmar, talvez com certo otimismo em relação à uma produção teórica brasileira e o entendimento sobre uma especificidade da história pública no Brasil, é que há precedentes e ligações dessa historiografia vinculada muito mais a forma como se desenvolveram debates sobre as transformações teórico-metodológicas da disciplina ao longo das décadas, sobre uma “função” da história e do(a) historiador(a), sobre os usos do passado, sobre as dinâmicas sociais relacionadas aos saberes históricos no Brasil, do que simplesmente na readequação a uma literatura americana ou europeia sobre história pública^{xxix}.

Obviamente, não estou aqui refletindo de maneira isolada ou inédita. Ricardo Santhiago (2016) advertiu que grande parte da produção estrangeira consiste em relatos de experiência ou em teorizações de cunho mais abstrato, mas que, no Brasil, os historiadores públicos tendem a reconhecer as contribuições específicas de uma historiografia nacional articulada a debates teóricos e metodológicos e, principalmente, dos saberes advindos de suas reflexões: “os bons trabalhos de história pública produzidos em nosso país (...) possuem uma inclinação interessante para a descrição analítica do processo de construção do conhecimento histórico, partindo da própria constituição de seus assuntos como

objetos de pesquisa^{xxx}. No Brasil, há características nesses estudos que evidenciam um caráter epistemológico-ético-político fundamental na atuação e pesquisa do(a) profissional historiador(a). Conforme Rogério Rodrigues (2024), há uma capacidade de desenvolver, a partir da ciência histórica, políticas de alianças com públicos e vozes, entre universidade e comunidade, entre história disciplinada e demandas públicas, entre teoria da história e história pública: “por política de alianças, entendo a construção de saberes históricos de forma dialógica, mas também o deslocamento da autoridade do saber construído, desprovido de hierarquização, menos ainda de relação colonizada e predatória com o outro^{xxxi}”.

A historiografia da História Pública, no Brasil, nos apresenta a possibilidade de uma abertura fecunda e objetiva para que o(a) historiador(a) profissional/acadêmico dialogue de formas, amplitudes, intensidades e intencionalidades diversas, com a cultura histórica na qual está inserido. Mas, como? Para Marta Rovai, a história pública precisa ser um posicionamento intelectual e político de observação da realidade, um “compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplos saberes, que devem circular da forma mais democrática possível^{xxxii}”. Compreendo, também, que essa historiografia é, do ponto de vista teórico, capaz de dialogar e escutar narrativas que vão além de um campo hermenêutico^{xxxiii}, uma tentativa de trazer materialidade e presença de afetos disruptivos para dentro da narrativa historiográfica, um apelo à sensibilidade, à alteridade e às emoções. Daí ser realçado, em muitas dessas produções, narrativas sobre passados sensíveis^{xxxiv}, a escuta empática de narrativas diversas^{xxxv}, a criação de condições para uma democratização das representações históricas que favoreçam diferentes discursos^{xxxvi}, aberturas para histórias não-convencionais^{xxxvii}, dentre outras ações^{xxxviii}. São experiências, experimentos e reflexões complexas que dão ancoragem a atuação e autodenominação de um(a) “historiador(a) público”.

Utilizando as terminologias empregadas no presente artigo: tal historiografia traz em comum, entre seus adeptos, um comportamento epistemológico-ético-político que valoriza tanto os sentidos quanto as presenças de afetos disruptivos, trazendo, para um primeiro plano, a possibilidade de atuação do(a) historiador(a) profissional a partir de uma intervenção específica na cultura histórica – ou seja, uma função social a partir de uma “política de alianças” entre universidade e públicos.

Nesse sentido, no Brasil, o que tornaria a figura do(a) historiador(a) como “público” não seria apenas a busca por audiência variadas (externas à academia), a autoridade/autoria compartilhada, a autodeclaração de historiador público e/ou o engajamento em projetos de inserção social: o que se destaca, em um primeiro momento, é um comportamento epistemológico-ético-político do pesquisador atento à diversidade, à outras formas de articulação de historicidades e ao acolhimento de narrativas diversas, tudo isso instrumentalizado metodicamente em seus produtos finais^{xxxix}. No mesmo caminho, seguindo o entendimento de Marcelo Abreu, a história pública pode ser vista como um domínio aberto que desafia os modelos disciplinares colocando-os à prova, mas “se servindo deles e evidenciando sua utilidade (...). Assim, a história pública seria mais um movimento conformador das historicidades democráticas”^{xl}. E também, com Hebe Mattos, podemos inferir: “deve a História se comprometer com a democracia? Se a resposta é positiva, a prática da história pública se coloca como imperativo ético para o historiador”^{xli}.

Portanto, a formação profissional do(a) historiador(a) pode valer-se desse “imperativo ético” para ampliar e colocar em evidência sua função social. Aliado a essa ação, é fundamental que, enquanto profissionais da história, reconheçamos os aspectos epistemológico-ético-políticos presentes em pesquisas para além da historiografia da história pública, que buscam debater e ampliar as possibilidades

de ação e do olhar desse profissional frente a demandas sociais prementes, expandindo assim as possibilidades do trabalho do(a) historiador(a) e de sua função social. Um exemplo, para ficar apenas em um dos vários possíveis da produção recente nacional no campo da teoria da história, são as reflexões de Maria da Glória de Oliveira. Suas ponderações impactam de maneira incisiva tanto o espaço profissional, quanto as epistemologias e condições existenciais da vida em sociedade e da produção dos saberes históricos, não apenas no sentido acadêmico, mas no olhar para outros saberes, no reconhecimento das possibilidades, diversidades e pluralidades de saberes produzidos e corpos que afetam e são afetados.

Conjuntamente com Patrícia Hansen, Maria da Glória de Oliveira traz para o debate os corpos e seus lugares na historiografia, considerando a noção de corpo como um traço das diferenças e da situação temporal e espacial dos sujeitos epistêmicos, além de traço marcante de suas possibilidades de negociação e pertencimento:

não se trata apenas de considerar os corpos que, em toda a pluralidade de condicionamentos sociais, podem ser tomados como objetos das historiografias, mas do corpo que opera e performa como sujeito desencarnado do saber através de toda a extensão da operação historiográfica e, ao mesmo tempo, desfaz as suas marcas nessa operação e, sobretudo, na escrita^{xlii}.

Quando se pensa nesse corpo que é atravessado por diferentes questões, as autoras estão também se referindo a um corpo que desfaz suas marcas nessa operação historiográfica, em uma escrita. Delinear tal questão coloca no centro do debate, como Maria da Glória de Oliveira aponta em outro artigo, ações no presente que se efetuam sobre passados vividos, dentro de certos horizontes de inteligibilidade e que tornam possível as suas representações:

não apenas as variáveis e persistentes formas com que a narrativa histórica é constituída por múltiplos silêncios, mas sobretudo os modos como pode reiterar uma relação paradoxal com os sujeitos silenciados. O paradoxo consiste no fato de que, mesmo tendo adquirido notória visibilidade na historiografia contemporânea, determinados grupos de indivíduos não ultrapassam o estatuto de objetos da operação historiográfica pois, não obstante o reconhecimento de sua condição de subalternidade como “excluídos da história”, permanecem sem lugar e sem parte na distribuição de posições de sujeitos dessa mesma operação e, por conseguinte, destituídos de um locus próprio de enunciação e de autoridade epistêmica para a elaboração de suas experiências singulares^{xliii}.

Diante dessa constatação, a autora aponta se tratar da questão relativa ao “lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero”, que se contrapõe ao mito moderno do sujeito não marcado que produz conhecimento. Portanto, tal dimensão epistêmica, advinda com o “giro decolonial”, pretende ir “além de uma crítica à geopolítica e ao caráter eurocentrado do conhecimento para se conectar ao eixo e elemento articulador das relações de dominação (...): a materialidade dos corpos dos sujeitos^{xliiv}. Se, de um lado, a teoria da história e a historiografia profissional podem se beneficiar do debate que se definiu acima como “imperativo ético” da história pública em sua prática conformadora de historicidades democráticas, de outro a história pública se beneficiaria quando, ao buscar o contato com diferentes públicos e seus saberes históricos, tiver como centro norteador desse olhar aquilo que Maria da Gloria de Oliveira entende como prática de codificação de passados “outros”, de sincronização de sujeitos subalternos e temporalidades plurais. Conforme ela nos ensina:

nas formas variáveis e contumazes com que a história produz alteridades, mantém-se a régua e o compasso temporal na voz dominante que é a de um sujeito soberano sobre-representado como um coletivo singular do humano. Haverá

alguma experiência ou alguma forma radical de alteridade que não desemboque em uma domesticação dos tempos “outros” ou que desestabilize a operação historiográfica posta em funcionamento por esse “nós” que se afirma com a ideia de humanidade?^{xlv}

Se, como afirma Maria da Glória de Oliveira, o “espectro da colonialidade-racialidade se mantém como vetor de hierarquização, subalternização e (des)sincronização temporal”^{xlvi}, mas se, ao mesmo tempo, intentamos reconhecer a existência de outras temporalidades (como os tempos dos povos originários, das populações racializadas, das mulheres, da natureza), é necessário que a aproximação entre história pública e teoria da história aconteça de maneira evidente e intensa:

Os paradoxos do reconhecimento que se manifestam no campo da historiografia nos modos de reificação e domesticação dos seus “outros”, não correspondem, necessariamente, a processos de autorização ou de protagonismo epistêmico na elaboração das narrativas e do conhecimento histórico. Não é necessário muito esforço para concluirmos que os apelos e as demandas por reconhecimento, sem a necessária redistribuição das posições e lugares ocupados pelos sujeitos epistêmicos, não produzem condições de igualdade de qualquer tipo, mas criam o que podemos chamar de armadilha da visibilidade^{xlvii}.

Com a consolidação do debate de uma historiografia da história pública, no Brasil, talvez a história profissional e disciplinada tenha de forma mais evidente que possui ingerência limitada sobre aqueles saberes históricos que circulam na sociedade e que não são frutos de seu trabalho metódico. Assim, muito se tem a ganhar quando se amplia o entendimento e se consolidam perspectivas teóricas fundamentais do ponto de vista do que pode ser (ou vir a ser) a relação historiadores-públicos^{xlviii}. Acredito que as questões levantadas por Maria da Glória de Oliveira sejam possibilidades de complexificação do olhar que a história pública

propõe incorporar, em suas reflexões teóricas e em suas práticas. Afinal: que “público” é esse, da história pública? Há uma “régua historiadora” que afere esse “público”? As marcas da colonialidade: atuam nesse encontro com os sujeitos-outros e seus saberes? Há uma redistribuição das posições e lugares ocupados por esses sujeitos epistêmicos? Quando o(a) profissional reconhece que seu olhar no encontro com o outro e seus saberes também necessita ser reavaliado, a teoria da história poderá ter impacto na história pública, assim como ambas poderão impactar (espero, de maneira democrática e positiva) a cultura histórica.

Considerações

A aproximação entre a teoria da história e a história pública amplia o entendimento sobre a atuação pública do(a) historiador, sob a ótica da cultura histórica, assim como coloca em evidência a possibilidade e necessidade de adoção de um comportamento epistemológico-ético-político ligado à diversidade e ao reconhecimento das diferentes narrativas e saberes históricos. É preciso, portanto, ter presente as reflexões de Santhiago de que a história pública é “menos um receituário do que um dispositivo capaz de animar uma reflexão com consequências práticas, estimulando a revisão e a revitalização dos princípios e das práticas do pesquisador”^{xlix}. Além disso, tal aproximação pode colaborar com o debate sobre a “politização do saber” e a “indisciplinarização da disciplina”, como debatido por Avila, Nicolazzi e Turim (2019)ⁱ, na busca de novas formas de identidade disciplinar, inserção social e, como procurei demonstrar, um comportamento epistemológico-ético-político democrático e plural, como norteadores de uma função social do(a) historiador(a).

Ao mesmo tempo, conforme aponta Marieta Ferreira, é preciso estar atento à instrumentalização da história pela “demanda social”, que segundo ela permanece uma ideia muito vaga e usada em contextos de análise muito

diferentes, abrangendo fenômenos muito diversos^{li}. Mas essas preocupações, a autora continua, nos são apresentadas de maneira intensa atualmente e precisamos nos debruçar sobre elas: “Como garantir a prática científica da história e ao mesmo tempo exercer responsabilidades sociais? Como transformar as novas aquisições inovadoras produzidas pela academia para estendê-las ao grande público?”^{lii}. Valdei Araujo argumenta que a historiografia pode ampliar suas funções, se tornando também um espaço de acolhimento e amplificação de saberes históricos de diferentes atores sociais, a partir do entendimento da função do(a) historiador(a) como curador, sendo “a curadoria de histórias como um espaço de promoção, seleção, edição e rerepresentação de histórias socialmente distribuídas e compartilhadas”, a partir de três valores que devem ser incontornáveis: “a pergunta pela verdade do acontecimento, a defesa da democracia e o respeito à diversidade”^{liii}. Rebeca Gontijo, ao tratar da autoridade da pessoa historiadora, ressalta os desafios e dificuldades desse(a) profissional em comunicar com os não historiadores e em participar da vida pública, diante da “crise das humanidades e da multiplicação dos usos da história estimulados, em parte, pelo mundo digital”, refletindo se a função do(a) historiador(a) seria “colocar-se como o intermediário, por vezes indesejado, diante do público”^{liiv}. Penso, como Araujo, Gontijo e tantos(as) outros(as), que ressaltar a importância de uma relação cada vez mais próxima entre uma historiografia disciplinada, profissional, e suas possibilidades de atuação junto a uma história que circula no corpo social, não é reduzir o papel das narrativas historiográficas produzidas em âmbito acadêmico, mas sim defender a universidade “fazendo valer o léxico que lhe é próprio”^{liv}, em suas linguagens e efeitos de persuasão que lhe são características, produzindo reflexões sobre a tradição disciplinar e as demandas culturais e sociais contemporâneas. Reconhecendo tal função social do(a)

historiador(a), poderemos conjecturar que a racionalização metodológica da historiografia profissional produza algum sentido na cultura histórica.

Notas

ⁱ Em todas as referências sobre o comportamento epistemológico-ético-político neste artigo, tenho como direção as reflexões de Marcelo Rangel (2019; 2021), que diz que tal comportamento, que vem se ampliando no interior da disciplina História, está preocupado em tematizar o mundo e, mais especificamente, se orientar por um conjunto de determinações mais sistemáticas que pensam o contemporâneo, suas determinações, problemas e possibilidades, através de experiências da historicidade que evidenciam a diferença em possibilidades de autorreferência que estejam mais solidamente enraizadas no corpo e no espaço, a partir de uma noção de comporeidade, de empatia. RANGEL, Marcelo. Ensino de história: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. *Tempo e Argumento*, v. especial, p. 1-27, 2021.

ⁱⁱ ALMEIDA, Juniele; ROVAI, Marta (orgs). **Introdução à história pública**. São Paulo, Letra e Voz, 2011, p. 9.

ⁱⁱⁱ RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia, 1994. Disponível em: http://culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2023. p. 5-6.

^{iv} SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, v. 1, p. 23-36, 2016, p. 28.

^v RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Organização de Maria Schmidt e Estevão Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. Para uma problematização sobre a apropriação da teoria de Rüsen e para uma discussão sobre até que ponto diagnósticos sobre a experiência do tempo europeia são válidos também para uma experiência brasileira, cf.: PEREIRA, Ana Carolina B. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018; PEREIRA, Matheus; MATA, Sérgio. Introdução: transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELA, Flávia et al (orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 9-30.

^{vi} DIEHL, Astor. Teoria Historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 368-394, 2006. p. 369.

^{vii} MUNAKATA, Kazumi. História, consciência histórica e ensino de história. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.). **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 55-75. p. 73.

^{viii} RÜSEN, Op. Cit., 2011.

^{ix} Idem, p. 95.

- ^x BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, v. 32, p. 807-835, 2016. p. 819.
- ^{xi} MARTINS, Estevão. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. **Educar em Revista**, n. 42, p. 43-58, 2011. p. 57-58.
- ^{xii} RÜSEN, Op. Cit., 1994, p. 2-3.
- ^{xiii} GONTIJO, Rebeca. Cultura histórica. In: FERREIRA, M.; OLIVEIRA, M (org.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 66-71. p. 66.
- ^{xiv} Idem, p. 71.
- ^{xv} PEREIRA; MATA, Op. Cit, p. 13.
- ^{xvi} WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. **História da Historiografia**, v. 1, nº 1, p. 19-44, 2008. p. 30.
- ^{xvii} SARLO, Beatriz. Tempo passado. In: **Tempo passado**: cultura de memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 9-22. p. 13.
- ^{xviii} Idem, p. 13.
- ^{xix} RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão Martins. Brasília: UnB, 2001. p. 33.
- ^{xx} CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 43.
- ^{xxi} Idem, p. 53.
- ^{xxii} Idem, p. 27.
- ^{xxiii} NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019. p. 207.
- ^{xxiv} Idem, p. 209.
- ^{xxv} CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 73.
- ^{xxvi} CARDOSO, Oldimar. Cultura histórica e responsabilização científica. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **O ensino de história em questão**: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 305-321. p. 319.
- ^{xxvii} ALMEIDA; ROVAI, Op. Cit., 2011.
- ^{xxviii} SANTHIAGO, Op. Cit., 2016, p. 25.
- ^{xxix} Para um debate importante sobre a produção estrangeira, conferir: GARDNER, James; HAMILTON, Paula. The past and future of public history. In: GARDNER, J.; HAMILTON, P. (ed.) **The Oxford handbook of public history**. New York, Oxford University Press, 2017, p. 1-22.
- ^{xxx} SANTHIAGO, Op. Cit., p. 34.
- ^{xxxi} RODRIGUES, Rogério. História Pública e os desafios ético-políticos da história da historiografia na atualidade. In: CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara (org.). **História pública e teoria da história**. São Paulo, Editora Letra e Voz, 2024, p. 37.
- ^{xxxii} ROVAI, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele; MENESES, Sônia. (Org.). **História pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 185-196. p. 187.
- ^{xxxiii} GUMBRECHT, Hans U. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo, Editora UNESP, 2015.

- ^{xxxiv} GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças históricas. **História da Historiografia**, v. 12, n. 31, p. 145–176, 2019.
- ^{xxxv} ROVAI, Marta. A tia dos guerrilheiros: Tercina e o enfrentamento à ditadura brasileira nas memórias de Zuleide, sua neta. **Caminhos da História**, v.28, n.2, p. 183–197, 2023.
- ^{xxxvi} MATOS, Hebe. Deve a história pública se comprometer com a democracia? In: MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). **Que história pública queremos?** São Paulo, Letra e Voz, 2018. p. 261–268.
- ^{xxxvii} RODRIGUES, Thamara. Teoria da história e história da historiografia: aberturas para “histórias não-convencionais”. **História da Historiografia**, v. 12, n. 29, 2019.
- ^{xxxviii} Faço referências, aqui, a debates e reflexões intensas que venho desenvolvendo junto com Thamara Rodrigues (conferir, p. ex.: CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara. História pública e teoria da história: intersecções. In: CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara (org.). **História pública e teoria da história**. São Paulo, Editora Letra e Voz, 2024, p. 7–16), a quem agradeço pelas trocas, colaborações e, inclusive, pela leitura atenta e sugestões para algumas das inferências presentes neste artigo.
- ^{xxxix} Aqui, é fundamental ter presente as reflexões sobre as condições de possibilidades históricas e epistemológicas para e sobre o giro ético-político, conforme proposto por Marcelo Rangel (2019).
- ^{xi} ABREU, Marcelo. Fazendo história em comum: divulgação histórica, exposição, documentário e história pública. In: SCHMIDT, Benito; MALERBA, Juandir. (org.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Milfontes, 2021, p. 75–94. p. 74.
- ^{xii} MATOS, Op. Cit., p. 261.
- ^{xiii} OLIVEIRA, Maria da Glória de; HANSEN, Patrícia. Corpos, tempos, lugares das historiografias. **História da Historiografia**, v. 16, p. 3–13, 2023. p. 6.
- ^{xiiii} OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. **Caminhos da História**, v. 27, p. 58–78, 2022. p. 60.
- ^{xliv} Idem, p. 66.
- ^{xlv} OLIVEIRA, Maria da Glória de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. **Esboços**, v. 30, p. 310–325, 2023. p. 320.
- ^{xlvi} Idem, p. 311.
- ^{xlvii} OLIVEIRA, Op. Cit., 2022, p. 73.
- ^{xlviii} CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara (org.). **História pública e teoria da história**. São Paulo, Editora Letra e Voz, 2024.
- ^{xliv} SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In: MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo, Letra e Voz, 2018, p. 323–330. p. 305.
- ⁱ ÁVILA, A; NICOLAZZI, F.; TURIN, R. (org.). **A história (in)disciplinada**. Teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória/ES: Milfontes, 2019.
- ⁱⁱ FERREIRA, Marieta. Demandas sociais e história do tempo presente. VARELLA, Flávia et al (org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 110.
- ⁱⁱⁱ Idem, p. 121.
- ⁱⁱⁱⁱ ARAUJO, Valdei. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO Leonardo;

PEREZ, Rodrigo. **Conversas sobre o Brasil**: ensaios de crítica histórica. Salvador: Provisória, 2017, p. 191-216. p. 213.

^{liv} GONTIJO, Rebeca. 'Deixa os historiadores pra lá': crise das humanidades, crise de autoridade, novas possibilidades. In: Rocha, Helenice; Magalhães, Marcelo. (org.). **Em defesa do ensino de história**: a democracia como valor. Rio de Janeiro: FGV, 2022, v. 1, p. 19-39. p. 39.

^{lv} TURIM, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, v. 24, nº 2, p. 187-205, 2018. p. 202.

Referências

ABREU, Marcelo. Fazendo história em comum: divulgação histórica, exposição, documentário e história pública. In: SCHMIDT, Benito; MALERBA, Juandir. (org.). **Fazendo História Pública**. Vitória: Milfontes, 2021, p. 75-94.

ALMEIDA, Juniele; ROVAL, Marta (orgs). **Introdução à história pública**. São Paulo, Letra e Voz, 2011.

ARAUJO, Valdei. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO Leonardo; PEREZ, Rodrigo. **Conversas sobre o Brasil**: ensaios de crítica histórica. Salvador: Provisória, 2017, p. 191-216.

ÁVILA, A; NICOLAZZI, F.; TURIN, R. (org.). **A história (in)disciplinada**. Teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória/ES: Milfontes, 2019.

BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, v. 32, p. 807-835, 2016.

CARDOSO, Oldimar. Cultura histórica e responsabilização científica. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **O ensino de história em questão**: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 305-321.

CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara (org.). **História pública e teoria da história**. São Paulo, Editora Letra e Voz, 2024.

CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara. História pública e teoria da história: intersecções. In: CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara (org.). **História pública e teoria da história**. São Paulo, Editora Letra e Voz, 2024, p. 7-16.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DIEHL, Astor. Teoria Historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 368-394, 2006.

FERREIRA, Marieta. Demandas sociais e história do tempo presente. VARELLA, Flávia et al (org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

GARDNER, James; HAMILTON, Paula. The past and future of public history. In: GARDNER, J.; HAMILTON, P. (ed.) **The Oxford handbook of public history**. New York, Oxford University Press, 2017, p. 1-22.

GONTIJO, Rebeca. Cultura histórica. In: FERREIRA, M.; OLIVEIRA, M (org.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 66-71.

GONTIJO, Rebeca. 'Deixa os historiadores pra lá': crise das humanidades, crise de autoridade, novas possibilidades. In: Rocha, Helenice; Magalhães, Marcelo. (org.). **Em defesa do ensino de história: a democracia como valor**. Rio de Janeiro: FGV, 2022, v. 1, p. 19-39.

GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças históricas. **História da Historiografia**, v. 12, n. 31, p. 145-176, 2019.

GUMBRECHT, Hans U. **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea**. São Paulo, Editora UNESP, 2015.

MARTINS, Estevão. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. **Educar em Revista**, n. 42, p. 43-58, 2011.

MATOS, Hebe. Deve a história pública se comprometer com a democracia? In: MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). **Que história pública queremos?** São Paulo, Letra e Voz, 2018.

MUNAKATA, Kazumi. História, consciência histórica e ensino de história. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.). **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 55-75.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. **Esboços**, v. 30, p. 310-325, 2023.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. **Caminhos da História**, v. 27, p. 58-78, 2022.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; HANSEN, Patrícia. Corpos, tempos, lugares das historiografias. **História da Historiografia**, v. 16, p. 3-13, 2023.

PEREIRA, Ana Carolina B. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018.

PEREIRA, Matheus; MATA, Sérgio. Introdução: transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELA, Flávia et al (orgs.). **Tempo presente e usos do passado.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 9-30.

RANGEL, Marcelo. Ensino de história: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. **Tempo e Argumento**, v. especial, p. 1-27, 2021.

RODRIGUES, Rogério. História Pública e os desafios ético-políticos da história da historiografia na atualidade. In: CASTRO, Rafael; RODRIGUES, Thamara (org.). **História pública e teoria da história.** São Paulo, Editora Letra e Voz, 2024, p. 33-52.

RODRIGUES, Thamara. Teoria da história e história da historiografia: aberturas para "histórias não-convencionais". **História da Historiografia**, v. 12, n. 29, 2019.

ROVAL, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele; MENESES, Sônia. (Org.). **História pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 185-196.

ROVAL, Marta. A tia dos guerrilheiros: Tercina e o enfrentamento à ditadura brasileira nas memórias de Zuleide, sua neta. **Caminhos da História**, v.28, n.2, p. 183-197, 2023.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Organização de Maria Schmidt e Estevão Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. 1994. Disponível em: http://culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão Martins. Brasília: UnB, 2001.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, v. 1, p. 23-36.

SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In: MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (orgs). **Que história pública queremos?** São Paulo, Letra e Voz, 2018, p. 323-330.

SARLO, Beatriz. Tempo passado. In: **Tempo passado**: cultura de memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 9-22.

TURIM, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, v. 24, nº 2, p. 187-205, 2018.

WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. **História da Historiografia**, v. 1, nº 1, p. 19-44, 2008.

Submetido: 15/05/2024

Aprovado: 05/10/2024

Publicado: 24/01/2025